

Cargo: P01 - PROFESSOR MAMPA-SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**Disciplina: CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS**

Questão	Gabarito por extenso	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
17	1,2 e 3	<p>Em resposta ao recurso interposto, cabe afirmar, primeiramente, que o Edital, como o próprio recorrente afirma, prevê na EMENTA “Psicologia da Educação: Teorias da aprendizagem”. Destarte, a questão aborda, justamente, estas Teorias: Primeiras teorias behavioristas: - Ivan Pavlov - John Watson - Teoria da Contiguidade de Guthrie - Edward Thorndike 2. A teoria behaviorista de Skinner. 3. Teorias de transição entre o behaviorismo clássico e o cognitivismo: - Robert Gagné - Edward Tolman - Teoria da Gestalt 4. A teoria de ensino de Bruner. 5. A teoria do desenvolvimento cognitivo de Piaget. 6. A teoria sócio-histórica de Vygotsky. 7. A teoria da aprendizagem significativa de Ausubel. 8. A teoria da aprendizagem crítica de Moreira. 9. A teoria de educação de Novak e os mapas conceituais. 10. O modelo de ensino-aprendizagem de Gowin e os diagramas V. 11. Modelos Mentais de Philip Johnson-Laird. 12. Teoria dos Campos Conceituais de Vergnaud.</p> <p>Quanto à questão propriamente dita, temos a dizer que Gestalt consiste em um conjunto de conceitos relacionados à percepção que o ser humano possui sobre as formas apresentadas durante o nosso dia a dia. A sua utilização na aprendizagem seria válida em disciplinas que envolvam a percepção visual ou espacial de formas ou objetos.</p> <p>O processo de aprendizagem tende a variar de pessoa para a pessoa, a utilização dos conceitos na Gestalt, no entanto obedecem a regras de percepção sensoriais comuns a maioria das pessoas conforma a sua faixa etária. Essas são percepções baseadas em sua maioria nos aspectos fisiológicos, isto é, independente de influências externas como papel social, econômico ou cultural. Além disso, a Gestalt afirma que as coisas possuem a tendência de serem vistas como um todo não de maneira separada, isso no processo de educação infantil pode ser aplicado da seguinte maneira: primeiramente se conceitua o todo, depois aos poucos o educador faz o desmembramento desse todo de modo que a criança conheça cada parte de um processo sem esquecer a sua finalidade. Cabe lembrar que havia um reducionismo ao se considerar a Gestalt apenas como uma teoria psicológica. No entanto, o seu conceito teoria mais importante para o estudo da aprendizagem é o de "insight" – súbita percepção de relações entre elementos de uma situação problemática, essencial à aprendizagem. Sendo assim, por não haver qualquer</p>	INDEFERIDO	-

		inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.		
19	I e II	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer, primeiramente, que as questões são construídas em cima de conceitos dos conteúdos apresentados na Ementa, exigindo do candidato conteúdos que compõem sua formação acadêmica e leitura da avaliação. Para tal, NÃO se colocam conceitos longos mas fragmentos que permitam a realização objetiva das questões. Quanto ao tema propriamente dito, sobre currículo:</p> <p>I. O “currículo como fato” precisa ser considerado NÃO como mera ilusão, camada superficial da prática escolar de alunos e professores, mas como uma realidade social, historicamente específica, expressando relações de produção particulares entre pessoas. CORRETO</p> <p>II. A ideia de “currículo como prática” pode se constituir em um elemento que favorece a distorção da realidade, uma vez que: reduz a realidade social de “currículo” às intervenções e ações subjetivas de docentes e discentes, impedindo de entender o surgimento e persistência históricos de determinados conceitos, conhecimento e convenções (como, por exemplo, as matérias escolares). CORRETO</p> <p>III. A ideia de um currículo em permanente elaboração, que necessita ser renegociado e reconceitualizado em conformidade com as necessidades exclusivas da escola a qual está submetido, nos conduz à compreensão de que a composição curricular é pedagógica. INCORRETO</p> <p>A ideia de “currículo como prática” também pode se constituir em um elemento que favorece a distorção da realidade, uma vez que: reduz a realidade social de “currículo” às intervenções e ações subjetivas de docentes e discentes, impedindo-nos de entender o surgimento e persistência históricos de determinados conceitos, conhecimento e convenções (como, por exemplo, as matérias escolares). Ao sermos impedidos de poder situar historicamente os problemas da educação contemporânea, ficamos também impossibilitados de entendê-los e controlá-los. (YONG, apud GOODSON, 1995, p. 18).</p> <p>A ideia de um currículo em permanente elaboração, que necessita ser renegociado e reconceitualizado em conformidade com as interferências sociais e culturais às quais está submetido, nos conduz à compreensão de que a composição curricular é resultado de conflitos sociais.</p> <p>O reconhecimento dessa diferenciação entre elaboração e prática curricular também não pode ser reduzida à perspectiva de que a dicotomização entre elas é inevitável e inconciliável. O desafio dos especialistas constitui-se exatamente em encontrar as mediações possíveis e necessárias para materializar o que se concebe e planeja como ação educativa. A presença de visões dicotômicas, em certa medida, parece expressar a necessidade de se ter razões e verdades presentes na</p>	INDEFERIDO	

		<p>elaboração dos conceitos sobre organização curricular. Nesse sentido, encontramos nas observações de Goodson (1995) novas referências para a diferenciação entre currículo prescritivo e currículo que é resultado de construção social.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se incongruente o recurso impetrado.</p>		
20	1, 2 e 4	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que, reunir disciplinas não confere caráter interdisciplinar a procedimentos de aprendizagem. Projetando ainda as implicações de uma visão interdisciplinar na dimensão operacional do currículo escolar, destacamos do pensamento de Etges (1995) algumas referências: a interdisciplinaridade na escola não pode consistir na criação de uma mistura de conteúdos ou métodos de diferentes disciplinas. Este procedimento não só destrói o saber posto, mas acaba também com qualquer aprendizagem. Só depois de aprendido e dominado o construto, o educando deve ser encorajado a transcodificá-lo para sua vida cotidiana, para seus irmãos menores, para o grupo de trabalho na escola, para as imagens do computador. (ETGES, 1995, p.81).</p> <p>A interdisciplinaridade, segundo Nicolescu, "diz respeito à transferência de métodos de uma disciplina para outra". Nela, é possível distinguir três níveis de ação: aplicação (utilização de métodos de uma área do conhecimento em outra), epistemológico (Ex: "a transferência de métodos da lógica formal para o campo do direito produz análises interessantes na epistemologia do direito") e geração de novas disciplinas (Ex: "a transferência de métodos da física de partículas para a astrofísica gerou a cosmologia quântica"). A interdisciplinaridade promove transposição de métodos de análise, porém permanece circunscrita à condição de pesquisa disciplinar.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se incongruente o recurso impetrado.</p>	INDEFERIDO	-
22	retirar a discussão da tradicional polarização entre "estratégias clínicas", ao encargo da saúde versus "estratégias pedagógicas" ao encargo da educação	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer, primeiramente, que, ao se construir uma questão usam-se distratores – indicam alternativas incorretas à resolução da situação – caso contrário todas as alternativas seriam válidas. Assim, ao se afirmar no enunciado "É um princípio norteador das Políticas Públicas Inclusivas de educação", impõe-se a ideia de que apenas um é princípio, as demais alternativas são distratores, são incorretas em relação ao que se solicita no enunciado. Sendo assim, apenas "retirar a discussão da tradicional polarização entre "estratégias clínicas", ao encargo da saúde versus "estratégias pedagógicas" ao encargo da educação." é alternativa acertada.</p> <p>Compõem os Princípios Norteadores:</p> <p>a. Ampliar a meta constitucional de municipalização das políticas públicas;</p> <p>b. A sustentação da política de inclusão que inclua a dimensão da interdisciplinaridade em seus fundamentos metodológicos. O</p>	INDEFERIDO	-

		<p>aprofundamento do processo de inclusão social, neste momento, IMPLICA RETIRAR A DISCUSSÃO DA TRADICIONAL POLARIZAÇÃO ENTRE “ESTRATÉGIAS CLÍNICAS”, AO ENCARGO DA SAÚDE VERSUS “ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS” AO ENCARGO DA EDUCAÇÃO; c. Repensar a função da escola e da saúde no processo de aprendizagem e socialização para além dos limites instituídos, em que à primeira cabe a informação e a segunda o tratamento de doenças. d. O enfrentamento da exclusão social de pessoas com deficiência implica saberes, formações e estruturas das instâncias administrativas para uma gestão colaborativa que exige uma ressignificação do papel do Estado na implementação das políticas. (http://portal.mec.gov.br, p.45)</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se incongruente o recurso impetrado.</p>		
25	I, II e III	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer, primeiramente, que o enunciado é claro e objetivo sobre o tema “Diversidade e Sexualidade” [Leia as afirmativas a respeito de algumas propostas de ações governamentais para a garantia dos direitos humanos de determinados grupos, especificamente voltadas à educação, referentes à Diversidade e Sexualidade nas escolas]. Além disso, não se está cobrando transcrição da lei alguma e, mesmo se houvesse cobrança de lei, uma questão requer leitura e interpretação.</p> <p>A respeito de algumas propostas de ações governamentais para a garantia dos direitos humanos de determinados grupos, especificamente voltadas à educação, referentes à Diversidade e Sexualidade nas escolas, está correto afirmar que se deve:</p> <ol style="list-style-type: none"> I. Estimular a formulação, no âmbito federal, estadual e municipal, de programas governamentais destinados a assegurar a igualdade de direitos EM TODOS OS NÍVEIS, incluindo saúde, educação e treinamento profissional, trabalho, segurança social, propriedade e crédito rural, cultura, política e justiça. ESSAS são medidas, todas, relacionadas à educação para atingir a igualdade de direitos a todos os gêneros em todos os âmbitos. II. Incentivar a capacitação dos professores do ensino fundamental e médio para a aplicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN no que se refere às questões de promoção da igualdade de gênero e de combate à discriminação contra a mulher. III. Apoiar programas de capacitação de profissionais de educação, policiais, juízes e operadores do direito em geral para promover a compreensão e a consciência ética sobre as diferenças individuais e a eliminação dos estereótipos depreciativos com relação aos LGBT. <p>A IV está INCORRETA haja vista o PNDH II26, elaborado em 2001 para ser implementado a partir de 2002, destaca, na seção destinada à garantia do direito à liberdade, os direitos a liberdade de expressão, de crença e culto e de orientação sexual. Propõe, entre outras medidas, apoiar emenda à Constituição Federal que incluía a garantia do direito à livre orientação</p>	INDEFERIDO	

		sexual e a da discriminação por orientação sexual, a regulamentação da parceria civil registrada entre pessoas do mesmo sexo e a inclusão nos censos demográficos e nas pesquisas oficiais dados relativos à orientação sexual. Além disso, elenca propostas de ações governamentais para a garantia dos direitos humanos de determinados grupos específicos, entre esses: mulheres, gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais. Sendo assim, por não haver qualquer inadequação da questão com o previsto em edital, considera-se improcedente o recurso impetrado.		
27	os significados subjetivos, as intenções e a interação das pessoas.	Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que a questão trata da CONCEPÇÃO INTERPRETATIVA de gestão que se caracteriza por considerar como elementos prioritários na análise dos processos de organização os significados subjetivos, as intenções e a interação das pessoas. As demais alternativas se referem à: GESTÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA que dá importância à a visão burocrática e tecnicista de escola, ao exercício de autoridade, à sistematização de organização e à centralização em uma pessoa e as decisões hierárquicas. GESTÃO AUTOGESTIONÁRIA que, segundo Libâneo, baseia-se na responsabilidade coletiva e na ausência de direção centralizada. Sendo assim, por não haver qualquer inadequação da questão com o previsto em edital, considera-se improcedente o recurso impetrado.	INDEFERIDO	-
30	preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas:	Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (Art. 4º do ECA). A GARANTIA DE PRIORIDADE compreende preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas. As demais têm referem-se a: <ul style="list-style-type: none"> • primazia de receber proteção e socorro em algumas circunstâncias. INCORRETO - de receber proteção e socorro em QUAISQUER CIRCUNSTÂNCIAS; • subsequente atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública.- INCORRETO - precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; • participar, seletivamente, da vida familiar e comunitária. INCORRETO - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação corresponde a um aspecto do direito à liberdade. • ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais. INCORRETO - corresponde a um aspecto do direito à liberdade. Sendo assim, por não haver qualquer inadequação da questão com o	INDEFERIDO	-

		previsto em edital, considera-se improcedente o recurso impetrado.		
--	--	--	--	--

Questão	Gabarito por extenso	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
19	I e II	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer, primeiramente, que as questões são construídas em cima de conceitos dos conteúdos apresentados na Ementa, exigindo do candidato conteúdos que compõem sua formação acadêmica e leitura da avaliação. Para tal, NÃO se colocam conceitos longos mas fragmentos que permitam a realização objetiva das questões. Quanto ao tema propriamente dito, sobre currículo:</p> <p>I. O “currículo como fato” precisa ser considerado NÃO como mera ilusão, camada superficial da prática escolar de alunos e professores, mas como uma realidade social, historicamente específica, expressando relações de produção particulares entre pessoas. CORRETO</p> <p>II. A ideia de “currículo como prática” pode se constituir em um elemento que favorece a distorção da realidade, uma vez que: reduz a realidade social de “curriculum” às intervenções e ações subjetivas de docentes e discentes, impedindo de entender o surgimento e persistência históricos de determinados conceitos, conhecimento e convenções (como, por exemplo, as matérias escolares). CORRETO</p> <p>III. A ideia de um currículo em permanente elaboração, que necessita ser renegociado e reconceitualizado em conformidade com as necessidades exclusivas da escola a qual está submetido, nos conduz à compreensão de que a composição curricular é pedagógica. INCORRETO</p> <p>A ideia de “currículo como prática” também pode se constituir em um elemento que favorece a distorção da realidade, uma vez que: reduz a realidade social de “curriculum” às intervenções e ações subjetivas de docentes e discentes, impedindo-nos de entender o surgimento e persistência históricos de determinados conceitos, conhecimento e convenções (como, por exemplo, as matérias escolares). Ao sermos impedidos de poder situar historicamente os problemas da educação contemporânea, ficamos também impossibilitados de entendê-los e controlá-los. (YONG, apud GOODSON, 1995, p. 18).</p> <p>A ideia de um currículo em permanente elaboração, que necessita ser renegociado e reconceitualizado em conformidade com as interferências sociais e culturais às quais está submetido, nos conduz à compreensão de que a composição curricular é resultado de conflitos sociais.</p> <p>O reconhecimento dessa diferenciação entre elaboração e prática curricular também não pode ser reduzida à perspectiva de que a dicotomização entre elas é inevitável e inconciliável. O desafio dos</p>	INDEFERIDO	-

		<p>especialistas constitui-se exatamente em encontrar as mediações possíveis e necessárias para materializar o que se concebe e planeja como ação educativa. A presença de visões dicotômicas, em certa medida, parece expressar a necessidade de se ter razões e verdades presentes na elaboração dos conceitos sobre organização curricular. Nesse sentido, encontramos nas observações de Goodson (1995) novas referências para a diferenciação entre currículo prescritivo e currículo que é resultado de construção social.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se incongruente o recurso impetrado.</p>		
20	1,2 e 4	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que, reunir disciplinas não confere caráter interdisciplinar a procedimentos de aprendizagem. Projetando ainda as implicações de uma visão interdisciplinar na dimensão operacional do currículo escolar, destacamos do pensamento de Etges (1995) algumas referências: a interdisciplinaridade na escola não pode consistir na criação de uma mistura de conteúdos ou métodos de diferentes disciplinas. Este procedimento não só destrói o saber posto, mas acaba também com qualquer aprendizagem. Só depois de aprendido e dominado o construto, o educando deve ser encorajado a transcodificá-lo para sua vida cotidiana, para seus irmãos menores, para o grupo de trabalho na escola, para as imagens do computador. (ETGES, 1995, p.81).</p> <p>A interdisciplinaridade, segundo Nicolescu, "diz respeito à transferência de métodos de uma disciplina para outra". Nela, é possível distinguir três níveis de ação: aplicação (utilização de métodos de uma área do conhecimento em outra), epistemológico (Ex: "a transferência de métodos da lógica formal para o campo do direito produz análises interessantes na epistemologia do direito") e geração de novas disciplinas (Ex: "a transferência de métodos da física de partículas para a astrofísica gerou a cosmologia quântica"). A interdisciplinaridade promove transposição de métodos de análise, porém permanece circunscrita à condição de pesquisa disciplinar.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se incongruente o recurso impetrado.</p>	INDEFERIDO	-
23	em um deles, fica estabelecido o ensino sobre cultura e história afro-brasileiras e especifica que o ensino deve privilegiar o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional.	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que, consoante portal.mec.gov.br, e Edital que prevê que "toda a legislação citada nos conteúdos programáticos será utilizada para elaboração de questões levando-se em consideração as atualizações vigentes até a data de publicação do edital", a Lei 10.639/03 acrescentou à LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) dois artigos: 26-A e 79-B. O primeiro estabelece o ensino sobre cultura e história afro-brasileiras e especifica que o ensino deve privilegiar (no contexto da Lei, o vocábulo significa "tratar com distinção, ou seja, com destaque" – Dicionário escolar da língua portuguesa/Academia Brasileira de Letras. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009. p. 1.028. Refutamos, portanto, o reducionismo vocabular sugerido nos recursos) o</p>	INDEFERIDO	-

		<p>estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional.</p> <p>O mesmo artigo ainda determina que tais conteúdos devam ser ministrados dentro do currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística, literatura e história brasileira. Já o artigo 79-B inclui no calendário escolar o Dia Nacional da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro.</p> <p>Todas as escolas públicas e particulares da educação básica devem ensinar aos alunos conteúdos relacionados à história e à cultura afro-brasileiras. Desde o início da vigência da Lei 10.639/03, a temática se tornou obrigatória nos currículos do ensino fundamental e médio.</p> <p>Cabe acrescentar que: o Dia Nacional da Consciência Negra é comemorado em 20 de novembro; impõe que todas as escolas públicas (NÃO APENAS as públicas) da educação básica, preferencialmente, devem ensinar aos alunos conteúdos relacionados à história e à cultura afro-brasileiras.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		
--	--	---	--	--

Questão	Gabarito por extenso	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
19	I e II	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer, primeiramente, que as questões são construídas em cima de conceitos dos conteúdos apresentados na Ementa, exigindo do candidato conteúdos que compõem sua formação acadêmica e leitura da avaliação. Para tal, NÃO se colocam conceitos longos mas fragmentos que permitam a realização objetiva das questões. Quanto ao tema propriamente dito, sobre currículo:</p> <p>I. O “currículo como fato” precisa ser considerado NÃO como mera ilusão, camada superficial da prática escolar de alunos e professores, mas como uma realidade social, historicamente específica, expressando relações de produção particulares entre pessoas. CORRETO</p> <p>II. A ideia de “currículo como prática” pode se constituir em um elemento que favorece a distorção da realidade, uma vez que: reduz a realidade social de “curriculum” às intervenções e ações subjetivas de docentes e discentes, impedindo de entender o surgimento e persistência históricos de determinados conceitos, conhecimento e convenções (como, por exemplo, as matérias escolares). CORRETO</p> <p>III. A ideia de um currículo em permanente elaboração, que necessita ser renegociado e reconceitualizado em conformidade com as necessidades exclusivas da escola a qual está submetido, nos conduz à compreensão de que a composição curricular é pedagógica. INCORRETO</p> <p>A ideia de “currículo como prática” também pode se constituir em um elemento que favorece a distorção da realidade, uma vez que: reduz a realidade social de “curriculum” às intervenções e ações subjetivas de docentes e discentes, impedindo-nos de entender o surgimento e persistência históricos de determinados conceitos, conhecimento e convenções (como, por exemplo, as matérias escolares). Ao sermos impedidos de poder situar historicamente os problemas da educação contemporânea, ficamos também impossibilitados de entendê-los e controlá-los. (YONG, apud GOODSON, 1995, p. 18).</p> <p>A ideia de um currículo em permanente elaboração, que necessita ser renegociado e reconceitualizado em conformidade com as interferências sociais e culturais às quais está submetido, nos conduz à compreensão de que a composição curricular é resultado de conflitos sociais.</p> <p>O reconhecimento dessa diferenciação entre elaboração e prática curricular também não pode ser reduzida à perspectiva de que a</p>	INDEFERIDO	-

		<p>dicotomização entre elas é inevitável e inconciliável. O desafio dos especialistas constitui-se exatamente em encontrar as mediações possíveis e necessárias para materializar o que se concebe e planeja como ação educativa. A presença de visões dicotômicas, em certa medida, parece expressar a necessidade de se ter razões e verdades presentes na elaboração dos conceitos sobre organização curricular. Nesse sentido, encontramos nas observações de Goodson (1995) novas referências para a diferenciação entre currículo prescritivo e currículo que é resultado de construção social.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se incongruente o recurso impetrado.</p>		
20	1, 2 e 4	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que, reunir disciplinas não confere caráter interdisciplinar a procedimentos de aprendizagem. Projetando ainda as implicações de uma visão interdisciplinar na dimensão operacional do currículo escolar, destacamos do pensamento de Etges (1995) algumas referências: a interdisciplinaridade na escola não pode consistir na criação de uma mistura de conteúdos ou métodos de diferentes disciplinas. Este procedimento não só destrói o saber posto, mas acaba também com qualquer aprendizagem. Só depois de aprendido e dominado o construto, o educando deve ser encorajado a transcodificá-lo para sua vida cotidiana, para seus irmãos menores, para o grupo de trabalho na escola, para as imagens do computador. (ETGES, 1995, p.81).</p> <p>A interdisciplinaridade, segundo Nicolescu, "diz respeito à transferência de métodos de uma disciplina para outra". Nela, é possível distinguir três níveis de ação: aplicação (utilização de métodos de uma área do conhecimento em outra), epistemológico (Ex: "a transferência de métodos da lógica formal para o campo do direito produz análises interessantes na epistemologia do direito") e geração de novas disciplinas (Ex: "a transferência de métodos da física de partículas para a astrofísica gerou a cosmologia quântica"). A interdisciplinaridade promove transposição de métodos de análise, porém permanece circunscrita à condição de pesquisa disciplinar.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se incongruente o recurso impetrado.</p>	INDEFERIDO	-
22	retirar a discussão da tradicional polarização entre "estratégias clínicas", ao encargo da saúde versus "estratégias pedagógicas" ao encargo da educação.	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer, primeiramente, que, ao se construir uma questão usam-se distratores – indicam alternativas incorretas à resolução da situação – caso contrário todas as alternativas seriam válidas. Assim, ao se afirmar no enunciado "É um princípio norteador das Políticas Públicas Inclusivas de educação", impõe-se a ideia de que apenas um é princípio, as demais alternativas são distratores, são incorretas em relação ao que se solicita no enunciado. Sendo assim, apenas "retirar a discussão da tradicional polarização entre "estratégias clínicas", ao encargo da saúde versus "estratégias</p>	INDEFERIDO	-

		<p>pedagógicas” ao encargo da educação.” é alternativa acertada. Compõem os Princípios Norteadores:</p> <p>a. Ampliar a meta constitucional de municipalização das políticas públicas; b. A sustentação da política de inclusão que inclua a dimensão da interdisciplinaridade em seus fundamentos metodológicos. O aprofundamento do processo de inclusão social, neste momento, IMPLICA RETIRAR A DISCUSSÃO DA TRADICIONAL POLARIZAÇÃO ENTRE “ESTRATÉGIAS CLÍNICAS”, AO ENCARGO DA SAÚDE VERSUS “ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS” AO ENCARGO DA EDUCAÇÃO; c. Repensar a função da escola e da saúde no processo de aprendizagem e socialização para além dos limites instituídos, em que à primeira cabe a informação e a segunda o tratamento de doenças. d. O enfrentamento da exclusão social de pessoas com deficiência implica saberes, formações e estruturas das instâncias administrativas para uma gestão colaborativa que exige uma resignificação do papel do Estado na implementação das políticas. (http://portal.mec.gov.br, p.45)</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se incongruente o recurso impetrado.</p>		
26	<p>facilitar ao aluno o entendimento do que é fazer parte de um grupo ou de uma comunidade, ajudando-o a conhecer as normas que regem a conduta aceita nos mais variados âmbitos, como o social, o cultural e o político.</p>	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que, na relação entre professores e alunos, cabe ao docente facilitar ao aluno o entendimento do que é fazer parte de um grupo ou de uma comunidade, ajudando-o a conhecer as normas que regem a conduta aceita nos mais variados âmbitos, como o social, o cultural e o político.</p> <p>O item que traz “exercer seu papel de educador, de mediador da aprendizagem, principalmente no que tange a inter-relação de teoria e prática, além de manter o foco na transmissão de conhecimento e em sua autoridade”, está INCORRETO, pois, na ação educativa pró-ativa, o docente exerce o papel de educador, de mediador da aprendizagem, principalmente no que tange a inter-relação de teoria e prática. O docente precisa transcender a transmissão de conhecimento ao instigar, articular e facilitar a inserção dos discentes no processo educativo, permitindo a esses saírem de uma função passiva na aprendizagem para um papel ativo na construção do conhecimento.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação da questão com o previsto em edital, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>	INDEFERIDO	-

Questão	Gabarito por extenso	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
25	I, II e III	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer, primeiramente, que o enunciado é claro e objetivo sobre o tema “Diversidade e Sexualidade” [Leia as afirmativas a respeito de algumas propostas de ações governamentais para a garantia dos direitos humanos de determinados grupos, especificamente voltadas à educação, referentes à Diversidade e Sexualidade nas escolas]. Além disso, não se está cobrando transcrição da lei alguma e, mesmo se houvesse cobrança de lei, uma questão requer leitura e interpretação.</p> <p>A respeito de algumas propostas de ações governamentais para a garantia dos direitos humanos de determinados grupos, especificamente voltadas à educação, referentes à Diversidade e Sexualidade nas escolas, está correto afirmar que se deve:</p> <p>I. Estimular a formulação, no âmbito federal, estadual e municipal, de programas governamentais destinados a assegurar a igualdade de direitos EM TODOS OS NÍVEIS, incluindo saúde, educação e treinamento profissional, trabalho, segurança social, propriedade e crédito rural, cultura, política e justiça. ESSAS são medidas, todas, relacionadas à educação para atingir a igualdade de direitos a todos os gêneros em todos os âmbitos.</p> <p>II. Incentivar a capacitação dos professores do ensino fundamental e médio para a aplicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN no que se refere às questões de promoção da igualdade de gênero e de combate à discriminação contra a mulher.</p> <p>III. Apoiar programas de capacitação de profissionais de educação, policiais, juízes e operadores do direito em geral para promover a compreensão e a consciência ética sobre as diferenças individuais e a eliminação dos estereótipos depreciativos com relação aos LGBT.</p> <p>A IV está INCORRETA haja vista o PNDH II26, elaborado em 2001 para ser implementado a partir de 2002, destaca, na seção destinada à garantia do direito à liberdade, os direitos a liberdade de expressão, de crença e culto e de orientação sexual. Propõe, entre outras medidas, apoiar emenda à Constituição Federal que inclua a garantia do direito à livre orientação sexual e a da discriminação por orientação sexual, a regulamentação da parceria civil registrada entre pessoas do mesmo sexo e a inclusão nos censos demográficos e nas pesquisas oficiais dados relativos à orientação sexual. Além disso, elenca propostas de ações governamentais para a garantia dos direitos humanos de determinados grupos específicos, entre esses: mulheres, gays, lésbicas,</p>	INDEFERIDO	-

		travestis, transexuais e bissexuais. Sendo assim, por não haver qualquer inadequação da questão com o previsto em edital, considera-se improcedente o recurso impetrado.		
27	os significados subjetivos, as intenções e a interação das pessoas	Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que a questão trata da CONCEPÇÃO INTERPRETATIVA de gestão que se caracteriza por considerar como elementos prioritários na análise dos processos de organização os significados subjetivos, as intenções e a interação das pessoas. As demais alternativas se referem à: GESTÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA que dá importância à a visão burocrática e tecnicista de escola, ao exercício de autoridade, à sistematização de organização e à centralização em uma pessoa e as decisões hierárquicas. GESTÃO AUTOGESTIONÁRIA que, segundo Libâneo, baseia-se na responsabilidade coletiva e na ausência de direção centralizada. Sendo assim, por não haver qualquer inadequação da questão com o previsto em edital, considera-se improcedente o recurso impetrado.	INDEFERIDO	-

Questão	Gabarito por extenso	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
19	I e II	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer, primeiramente, que as questões são construídas em cima de conceitos dos conteúdos apresentados na Ementa, exigindo do candidato conteúdos que compõem sua formação acadêmica e leitura da avaliação. Para tal, NÃO se colocam conceitos longos mas fragmentos que permitam a realização objetiva das questões. Quanto ao tema propriamente dito, sobre currículo:</p> <p>I. O “currículo como fato” precisa ser considerado NÃO como mera ilusão, camada superficial da prática escolar de alunos e professores, mas como uma realidade social, historicamente específica, expressando relações de produção particulares entre pessoas. CORRETO</p> <p>II. A ideia de “currículo como prática” pode se constituir em um elemento que favorece a distorção da realidade, uma vez que: reduz a realidade social de “curriculum” às intervenções e ações subjetivas de docentes e discentes, impedindo de entender o surgimento e persistência históricos de determinados conceitos, conhecimento e convenções (como, por exemplo, as matérias escolares). CORRETO</p> <p>III. A ideia de um currículo em permanente elaboração, que necessita ser renegociado e reconceitualizado em conformidade com as necessidades exclusivas da escola a qual está submetido, nos conduz à compreensão de que a composição curricular é pedagógica. INCORRETO</p> <p>A ideia de “currículo como prática” também pode se constituir em um elemento que favorece a distorção da realidade, uma vez que: reduz a realidade social de “curriculum” às intervenções e ações subjetivas de docentes e discentes, impedindo-nos de entender o surgimento e persistência históricos de determinados conceitos, conhecimento e convenções (como, por exemplo, as matérias escolares). Ao sermos impedidos de poder situar historicamente os problemas da educação contemporânea, ficamos também impossibilitados de entendê-los e controlá-los. (YONG, apud GOODSON, 1995, p. 18).</p> <p>A ideia de um currículo em permanente elaboração, que necessita ser renegociado e reconceitualizado em conformidade com as interferências sociais e culturais às quais está submetido, nos conduz à compreensão de que a composição curricular é resultado de conflitos sociais.</p> <p>O reconhecimento dessa diferenciação entre elaboração e prática curricular também não pode ser reduzida à perspectiva de que a</p>	INDEFERIDO	-

		<p>dicotomização entre elas é inevitável e inconciliável. O desafio dos especialistas constitui-se exatamente em encontrar as mediações possíveis e necessárias para materializar o que se concebe e planeja como ação educativa. A presença de visões dicotômicas, em certa medida, parece expressar a necessidade de se ter razões e verdades presentes na elaboração dos conceitos sobre organização curricular. Nesse sentido, encontramos nas observações de Goodson (1995) novas referências para a diferenciação entre currículo prescritivo e currículo que é resultado de construção social.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se incongruente o recurso impetrado.</p>		
--	--	---	--	--

Questão	Gabarito por extenso	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
25	I, II e III	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer, primeiramente, que o enunciado é claro e objetivo sobre o tema “Diversidade e Sexualidade” [Leia as afirmativas a respeito de algumas propostas de ações governamentais para a garantia dos direitos humanos de determinados grupos, especificamente voltadas à educação, referentes à Diversidade e Sexualidade nas escolas]. Além disso, não se está cobrando transcrição da lei alguma e, mesmo se houvesse cobrança de lei, uma questão requer leitura e interpretação.</p> <p>A respeito de algumas propostas de ações governamentais para a garantia dos direitos humanos de determinados grupos, especificamente voltadas à educação, referentes à Diversidade e Sexualidade nas escolas, está correto afirmar que se deve:</p> <ol style="list-style-type: none"> I. Estimular a formulação, no âmbito federal, estadual e municipal, de programas governamentais destinados a assegurar a igualdade de direitos EM TODOS OS NÍVEIS, incluindo saúde, educação e treinamento profissional, trabalho, segurança social, propriedade e crédito rural, cultura, política e justiça. ESSAS são medidas, todas, relacionadas à educação para atingir a igualdade de direitos a todos os gêneros em todos os âmbitos. II. Incentivar a capacitação dos professores do ensino fundamental e médio para a aplicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN no que se refere às questões de promoção da igualdade de gênero e de combate à discriminação contra a mulher. III. Apoiar programas de capacitação de profissionais de educação, policiais, juizes e operadores do direito em geral para promover a compreensão e a consciência ética sobre as diferenças individuais e a eliminação dos estereótipos depreciativos com relação aos LGBT. <p>A IV está INCORRETA haja vista o PNDH II26, elaborado em 2001 para ser implementado a partir de 2002, destaca, na seção destinada à garantia do direito à liberdade, os direitos a liberdade de expressão, de crença e culto e de orientação sexual. Propõe, entre outras medidas, apoiar emenda à Constituição Federal que inclua a garantia do direito à livre orientação sexual e a da discriminação por orientação sexual, a regulamentação da parceria civil registrada entre pessoas do mesmo sexo e a inclusão nos censos demográficos e nas pesquisas oficiais dados relativos à orientação sexual. Além disso, elenca propostas de ações governamentais para a garantia dos direitos humanos de determinados grupos específicos, entre esses: mulheres, gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais.</p>	INDEFERIDO	-

		Sendo assim, por não haver qualquer inadequação da questão com o previsto em edital, considera-se improcedente o recurso impetrado.		
27	os significados subjetivos, as intenções e a interação das pessoas.	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que a questão trata da CONCEPÇÃO INTERPRETATIVA de gestão que se caracteriza por considerar como elementos prioritários na análise dos processos de organização os significados subjetivos, as intenções e a interação das pessoas.</p> <p>As demais alternativas se referem à: GESTÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA que dá importância à a visão burocrática e tecnicista de escola, ao exercício de autoridade, à sistematização de organização e à centralização em uma pessoa e as decisões hierárquicas.</p> <p>GESTÃO AUTOGESTIONÁRIA que, segundo Libâneo, baseia-se na responsabilidade coletiva e na ausência de direção centralizada.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação da questão com o previsto em edital, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>	INDEFERIDO	-

Cargo: P09 - PROFESSOR MAMPB-HISTÓRIA

Disciplina: CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

Questão	Gabarito por extenso	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
23	em um deles, fica estabelecido o ensino sobre cultura e história afro-brasileiras e especifica que o ensino deve privilegiar o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional.	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que, consoante portal.mec.gov.br, e Edital que prevê que “toda a legislação citada nos conteúdos programáticos será utilizada para elaboração de questões levando-se em consideração as atualizações vigentes até a data de publicação do edital”, a Lei 10.639/03 acrescentou à LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) dois artigos: 26-A e 79-B. O primeiro estabelece o ensino sobre cultura e história afro-brasileiras e especifica que o ensino deve privilegiar (no contexto da Lei, o vocábulo significa “tratar com distinção, ou seja, com destaque” – Dicionário escolar da língua portuguesa/Academia Brasileira de Letras. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009. p. 1.028. Refutamos, portanto, o reducionismo vocabular sugerido nos recursos) o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional.</p> <p>O mesmo artigo ainda determina que tais conteúdos devam ser ministrados dentro do currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística, literatura e história brasileira. Já o artigo 79-B inclui no calendário escolar o Dia Nacional da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro.</p> <p>Todas as escolas públicas e particulares da educação básica devem ensinar aos alunos conteúdos relacionados à história e à cultura afro-brasileiras. Desde o início da vigência da Lei 10.639/03, a temática se tornou obrigatória nos currículos do ensino fundamental e médio.</p> <p>Cabe acrescentar que: o Dia Nacional da Consciência Negra é comemorado em 20 de novembro; impõe que todas as escolas públicas (NÃO APENAS as públicas) da educação básica, preferencialmente, devem ensinar aos alunos conteúdos relacionados à história e à cultura afro-brasileiras.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>	INDEFERIDO	-

Cargo: P10 - PROFESSOR MAMPB-INGLÊS

Disciplina: CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

Questão	Gabarito por extenso	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
23	em um deles, fica estabelecido o ensino sobre cultura e história afro-brasileiras e especifica que o ensino deve privilegiar o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional.	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que, consoante portal.mec.gov.br, e Edital que prevê que “toda a legislação citada nos conteúdos programáticos será utilizada para elaboração de questões levando-se em consideração as atualizações vigentes até a data de publicação do edital”, a Lei 10.639/03 acrescentou à LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) dois artigos: 26-A e 79-B. O primeiro estabelece o ensino sobre cultura e história afro-brasileiras e especifica que o ensino deve privilegiar (no contexto da Lei, o vocábulo significa “tratar com distinção, ou seja, com destaque” – Dicionário escolar da língua portuguesa/Academia Brasileira de Letras. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009. p. 1.028. Refutamos, portanto, o reducionismo vocabular sugerido nos recursos) o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional.</p> <p>O mesmo artigo ainda determina que tais conteúdos devam ser ministrados dentro do currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística, literatura e história brasileira. Já o artigo 79-B inclui no calendário escolar o Dia Nacional da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro.</p> <p>Todas as escolas públicas e particulares da educação básica devem ensinar aos alunos conteúdos relacionados à história e à cultura afro-brasileiras. Desde o início da vigência da Lei 10.639/03, a temática se tornou obrigatória nos currículos do ensino fundamental e médio.</p> <p>Cabe acrescentar que: o Dia Nacional da Consciência Negra é comemorado em 20 de novembro; impõe que todas as escolas públicas (NÃO APENAS as públicas) da educação básica, preferencialmente, devem ensinar aos alunos conteúdos relacionados à história e à cultura afro-brasileiras.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>	INDEFERIDO	-

Questão	Gabarito por extenso	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
19	I e II	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer, primeiramente, que as questões são construídas em cima de conceitos dos conteúdos apresentados na Ementa, exigindo do candidato conteúdos que compõem sua formação acadêmica e leitura da avaliação. Para tal, NÃO se colocam conceitos longos mas fragmentos que permitam a realização objetiva das questões. Quanto ao tema propriamente dito, sobre currículo:</p> <p>I. O “currículo como fato” precisa ser considerado NÃO como mera ilusão, camada superficial da prática escolar de alunos e professores, mas como uma realidade social, historicamente específica, expressando relações de produção particulares entre pessoas. CORRETO</p> <p>II. A ideia de “currículo como prática” pode se constituir em um elemento que favorece a distorção da realidade, uma vez que: reduz a realidade social de “curriculum” às intervenções e ações subjetivas de docentes e discentes, impedindo de entender o surgimento e persistência históricos de determinados conceitos, conhecimento e convenções (como, por exemplo, as matérias escolares). CORRETO</p> <p>III. A ideia de um currículo em permanente elaboração, que necessita ser renegociado e reconceitualizado em conformidade com as necessidades exclusivas da escola a qual está submetido, nos conduz à compreensão de que a composição curricular é pedagógica. INCORRETO</p> <p>A ideia de “currículo como prática” também pode se constituir em um elemento que favorece a distorção da realidade, uma vez que: reduz a realidade social de “curriculum” às intervenções e ações subjetivas de docentes e discentes, impedindo-nos de entender o surgimento e persistência históricos de determinados conceitos, conhecimento e convenções (como, por exemplo, as matérias escolares). Ao sermos impedidos de poder situar historicamente os problemas da educação contemporânea, ficamos também impossibilitados de entendê-los e controlá-los. (YONG, apud GOODSON, 1995, p. 18).</p> <p>A ideia de um currículo em permanente elaboração, que necessita ser renegociado e reconceitualizado em conformidade com as interferências sociais e culturais às quais está submetido, nos conduz à compreensão de que a composição curricular é resultado de conflitos sociais.</p> <p>O reconhecimento dessa diferenciação entre elaboração e prática curricular também não pode ser reduzida à perspectiva de que a dicotomização entre elas é inevitável e inconciliável. O desafio dos</p>	INDEFERIDO	-

		<p>especialistas constitui-se exatamente em encontrar as mediações possíveis e necessárias para materializar o que se concebe e planeja como ação educativa. A presença de visões dicotômicas, em certa medida, parece expressar a necessidade de se ter razões e verdades presentes na elaboração dos conceitos sobre organização curricular. Nesse sentido, encontramos nas observações de Goodson (1995) novas referências para a diferenciação entre currículo prescritivo e currículo que é resultado de construção social.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se incongruente o recurso impetrado.</p>		
--	--	--	--	--

Cargo: P12 - PROFESSOR MAMPB-MATEMÁTICA

Disciplina: CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

Questão	Gabarito por extenso	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
16	conviver	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que Entre os quatros pilares da Educação do século XXI, há um no qual o domínio da aprendizagem o qual atua no campo das atitudes e dos valores e envolve uma consciência e ações contra o preconceito e as rivalidades diárias que se apresentam no desafio cotidiano. Esse domínio é denominado aprender a conviver.</p> <p>Conhecer: Essa aprendizagem se refere à aquisição dos "instrumentos do conhecimento", desenvolvendo nos alunos o raciocínio lógico, a capacidade de compreensão, o pensamento dedutivo e intuitivo e a memória. O importante é não apenas despertar nos estudantes esses instrumentos, como motivá-los a desenvolver sua vontade de aprender e querer saber mais e melhor.</p> <p>FAZER: Essa aprendizagem confere ao aluno uma formação em que aplicará na prática seus conhecimentos teóricos. É essencial que cada indivíduo saiba se comunicar através de diferentes linguagens, assim como interpretar e selecionar quais informações são essenciais e quais podem ajudar a refazer opiniões e serem aplicadas na maneira de se viver e de redescobrir o tempo e o mundo.</p> <p>SER: Esta aprendizagem depende das outras três, e dessa forma a educação deve propor como uma de suas finalidades essenciais o desenvolvimento do indivíduo, espírito e corpo, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal e espiritualidade.</p> <p>DIZER: não é um pilar da educação do século XXI.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>	INDEFERIDO	-
17	1,2 e 3	<p>Em resposta ao recurso interposto, cabe afirmar, primeiramente, que o Edital, como o próprio recorrente afirma, prevê na EMENTA "Psicologia da Educação: Teorias da aprendizagem". Destarte, a questão aborda, justamente, estas Teorias: Primeiras teorias behavioristas: - Ivan Pavlov - John Watson - Teoria da Contiguidade de Guthrie - Edward Thorndike 2. A teoria behaviorista de Skinner. 3. Teorias de transição entre o behaviorismo clássico e o cognitivismo: - Robert Gagné - Edward Tolman - Teoria da Gestalt 4. A teoria de ensino de Bruner. 5. A teoria do desenvolvimento cognitivo de Piaget. 6. A teoria sócio-histórica de Vygotsky. 7. A teoria da aprendizagem significativa de Ausubel. 8. A</p>	INDEFERIDO	-

		<p>teoria da aprendizagem crítica de Moreira. 9. A teoria de educação de Novak e os mapas conceituais. 10. O modelo de ensino-aprendizagem de Gowin e os diagramas V. 11. Modelos Mentais de Philip Johnson-Laird. 12. Teoria dos Campos Conceituais de Vergnaud.</p> <p>Quanto à questão propriamente dita, temos a dizer que Gestalt consiste em um conjunto de conceitos relacionados à percepção que o ser humano possui sobre as formas apresentadas durante o nosso dia a dia. A sua utilização na aprendizagem seria válida em disciplinas que envolvam a percepção visual ou espacial de formas ou objetos.</p> <p>O processo de aprendizagem tende a variar de pessoa para a pessoa, a utilização dos conceitos na Gestalt, no entanto obedecem a regras de percepção sensoriais comuns a maioria das pessoas conforma a sua faixa etária. Essas são percepções baseadas em sua maioria nos aspectos fisiológicos, isto é, independente de influências externas como papel social, econômico ou cultural. Além disso, a Gestalt afirma que as coisas possuem a tendência de serem vistas como um todo não de maneira separada, isso no processo de educação infantil pode ser aplicado da seguinte maneira: primeiramente se conceitua o todo, depois aos poucos o educador faz o desmembramento desse todo de modo que a criança conheça cada parte de um processo sem esquecer a sua finalidade. Cabe lembrar que havia um reducionismo ao se considerar a Gestalt apenas como uma teoria psicológica. No entanto, o seu conceito teoria mais importante para o estudo da aprendizagem é o de "insight" – súbita percepção de relações entre elementos de uma situação problemática, essencial à aprendizagem. Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		
19	I e II	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer, primeiramente, que as questões são construídas em cima de conceitos dos conteúdos apresentados na Ementa, exigindo do candidato conteúdos que compõem sua formação acadêmica e leitura da avaliação. Para tal, NÃO se colocam conceitos longos mas fragmentos que permitam a realização objetiva das questões. Quanto ao tema propriamente dito, sobre currículo:</p> <p>I. O “currículo como fato” precisa ser considerado NÃO como mera ilusão, camada superficial da prática escolar de alunos e professores, mas como uma realidade social, historicamente específica, expressando relações de produção particulares entre pessoas. CORRETO</p> <p>II. A ideia de “currículo como prática” pode se constituir em um elemento que favorece a distorção da realidade, uma vez que: reduz a realidade social de “curriculum” às intervenções e ações subjetivas de docentes e discentes, impedindo de entender o surgimento e</p>	INDEFERIDO	-

		<p>persistência históricos de determinados conceitos, conhecimento e convenções (como, por exemplo, as matérias escolares). CORRETO</p> <p>III. A ideia de um currículo em permanente elaboração, que necessita ser renegociado e reconceitualizado em conformidade com as necessidades exclusivas da escola a qual está submetido, nos conduz à compreensão de que a composição curricular é pedagógica. INCORRETO</p> <p>A ideia de “currículo como prática” também pode se constituir em um elemento que favorece a distorção da realidade, uma vez que: reduz a realidade social de “curriculum” às intervenções e ações subjetivas de docentes e discentes, impedindo-nos de entender o surgimento e persistência históricos de determinados conceitos, conhecimento e convenções (como, por exemplo, as matérias escolares). Ao sermos impedidos de poder situar historicamente os problemas da educação contemporânea, ficamos também impossibilitados de entendê-los e controla-los. (YONG, apud GOODSON, 1995, p. 18).</p> <p>A ideia de um currículo em permanente elaboração, que necessita ser renegociado e reconceitualizado em conformidade com as interferências sociais e culturais às quais está submetido, nos conduz à compreensão de que a composição curricular é resultado de conflitos sociais.</p> <p>O reconhecimento dessa diferenciação entre elaboração e prática curricular também não pode ser reduzida à perspectiva de que a dicotomização entre elas é inevitável e inconciliável. O desafio dos especialistas constitui-se exatamente em encontrar as mediações possíveis e necessárias para materializar o que se concebe e planeja como ação educativa. A presença de visões dicotômicas, em certa medida, parece expressar a necessidade de se ter razões e verdades presentes na elaboração dos conceitos sobre organização curricular. Nesse sentido, encontramos nas observações de Goodson (1995) novas referências para a diferenciação entre currículo prescritivo e currículo que é resultado de construção social.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se incongruente o recurso impetrado.</p>		
20	1, 2 e 4	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que, reunir disciplinas não confere caráter interdisciplinar a procedimentos de aprendizagem. Projetando ainda as implicações de uma visão interdisciplinar na dimensão operacional do currículo escolar, destacamos do pensamento de Etges (1995) algumas referências: a interdisciplinaridade na escola não pode consistir na criação de uma mistura de conteúdos ou métodos de diferentes disciplinas. Este procedimento não só destrói o saber posto, mas acaba também com qualquer aprendizagem. Só depois de aprendido e dominado o construto, o educando deve ser encorajado a transcodificá-lo para sua vida cotidiana, para seus irmãos menores, para o grupo de trabalho na escola, para as imagens do computador. (ETGES, 1995, p.81).</p>	INDEFERIDO	-

		<p>A interdisciplinaridade, segundo Nicolescu, "diz respeito à transferência de métodos de uma disciplina para outra". Nela, é possível distinguir três níveis de ação: aplicação (utilização de métodos de uma área do conhecimento em outra), epistemológico (Ex: "a transferência de métodos da lógica formal para o campo do direito produz análises interessantes na epistemologia do direito") e geração de novas disciplinas (Ex: "a transferência de métodos da física de partículas para a astrofísica gerou a cosmologia quântica"). A interdisciplinaridade promove transposição de métodos de análise, porém permanece circunscrita à condição de pesquisa disciplinar.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se incongruente o recurso impetrado.</p>		
24	<p>propiciar situações especiais na construção de sua autonomia, propiciando sua participação criativa, construtiva e solidária na solução de problemas na escola, comunidade e na vida social mais ampla.</p>	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer, primeiramente, que a palavra SUA, no contexto, NÃO provoca nenhuma ambiguidade, haja vista existir apenas um referente o protagonismo infanto-juvenil". Quanto à questão propriamente dita, o correto é afirmar que: uma possibilidade concreta do desenvolvimento e exercício da cidadania, ao mesmo tempo em que se volta ao sujeito, em relação à formação da identidade, autoconceito e autoestima/ O protagonismo dos (as) adolescentes pressupõe uma relação dinâmica entre formação, conhecimento, participação, responsabilização e criatividade como mecanismo de fortalecimento da perspectiva de educar para a cidadania, levando-se em conta que o desenvolvimento permanente faz parte da condição de sujeito, sem perder de vista que a pessoa é uma realidade em processo, imersa em seu tempo, no seu cotidiano e na história, pré-requisito para o desempenho autônomo na sociedade./ O cerne do protagonismo portanto, é a participação ativa e construtiva do jovem na vida da escola, da comunidade ou da sociedade mais ampla (COSTA, 2001, p.179)./ Costa (2000) considera o protagonismo juvenil como uma proposta pedagógica de atuação de adolescentes como personagens principais de uma iniciativa de ação voltada para a solução de problemas reais de sua comunidade, numa fase da vida que este tipo de participação autêntica e não manipulada se traduz num ganho de autonomia, autoconfiança e autodeterminação, importantes na construção de sua identidade pessoal, social e no seu projeto de vida. Sendo assim, por não haver qualquer inadequação da questão com o previsto em edital, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>	INDEFERIDO	-
25	I, II e III	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer, primeiramente, que o enunciado é claro e objetivo sobre o tema "Diversidade e Sexualidade" [Leia as afirmativas a respeito de algumas propostas de ações</p>	INDEFERIDO	-

		<p>governamentais para a garantia dos direitos humanos de determinados grupos, especificamente voltadas à educação, referentes à Diversidade e Sexualidade nas escolas]. Além disso, não se está cobrando transcrição da lei alguma e, mesmo se houvesse cobrança de lei, uma questão requer leitura e interpretação.</p> <p>A respeito de algumas propostas de ações governamentais para a garantia dos direitos humanos de determinados grupos, especificamente voltadas à educação, referentes à Diversidade e Sexualidade nas escolas, está correto afirmar que se deve:</p> <p>I. Estimular a formulação, no âmbito federal, estadual e municipal, de programas governamentais destinados a assegurar a igualdade de direitos EM TODOS OS NÍVEIS, incluindo saúde, educação e treinamento profissional, trabalho, segurança social, propriedade e crédito rural, cultura, política e justiça. ESSAS são medidas, todas, relacionadas à educação para atingir a igualdade de direitos a todos os gêneros em todos os âmbitos.</p> <p>II. Incentivar a capacitação dos professores do ensino fundamental e médio para a aplicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN no que se refere às questões de promoção da igualdade de gênero e de combate à discriminação contra a mulher.</p> <p>III. Apoiar programas de capacitação de profissionais de educação, policiais, juízes e operadores do direito em geral para promover a compreensão e a consciência ética sobre as diferenças individuais e a eliminação dos estereótipos depreciativos com relação aos LGBT.</p> <p>A IV está INCORRETA haja vista o PNDH II26, elaborado em 2001 para ser implementado a partir de 2002, destaca, na seção destinada à garantia do direito à liberdade, os direitos a liberdade de expressão, de crença e culto e de orientação sexual. Propõe, entre outras medidas, apoiar emenda à Constituição Federal que inclua a garantia do direito à livre orientação sexual e a da discriminação por orientação sexual, a regulamentação da parceria civil registrada entre pessoas do mesmo sexo e a inclusão nos censos demográficos e nas pesquisas oficiais dados relativos à orientação sexual. Além disso, elenca propostas de ações governamentais para a garantia dos direitos humanos de determinados grupos específicos, entre esses: mulheres, gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação da questão com o previsto em edital, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		
--	--	---	--	--